

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 96/XIII/1.^a

RECOMENDA A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DE LISBOA ORIENTAL

Ao longo de 42 anos, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi responsável por avanços civilizacionais em Portugal muito importantes e determinantes para que o país pudesse melhorar os seus índices de desenvolvimento, de saúde pública e demográficos.

Para implementar a sua missão, o SNS é financiado através do Orçamento de Estado. Como se compreende, é necessário que o orçamento atribuído ao SNS lhe permita assegurar as suas funções. Ao longo dos últimos quatro anos, o Governo PSD/CDS fez o orçamento do SNS recuar dez anos: em 2015 foi de 7,8 mil milhões, ao nível das dotações de 2005/2006. Entre 2010 e 2014, a despesa pública total com a saúde reduziu-se 5,5 mil milhões de euros.

No entanto, o setor privado cresceu fulgorosamente graças ao Estado: entre 2010 e 2014, os pagamentos do Estado aos grupos privados aumentaram de 160 para 427 milhões (note-se que mais de um terço da faturação dos grupos privados é assegurada por pagamentos da ADSE e convenções com o Estado). O Orçamento do Estado para 2015 destinou 417 milhões para as parcerias público-privadas (PPP) na saúde, e reservou 1200 milhões de euros para aquisição de serviços através de contratação externa.

São escolhas, e o Governo PSD/CDS fez essas escolhas: pela austeridade, pelo apoio ao setor privado, pelo corte no setor público.

Consequentemente, as dificuldades do SNS avolumaram-se ao ponto de se registar falta dos mais simples materiais (como luvas ou batas) ou das terapêuticas mais caras (como medicamentos oncológicos ou biológicos); os tempos de espera nas urgências atingiram limites impossíveis de aceitar e, a falta de recursos para reparar ou renovar equipamentos ou instalações tornou-se evidente.

Tudo isto perante equipas de profissionais levadas ao limite da exaustão, desfalcadas por falta de médicos, enfermeiros, técnicos e outros profissionais de saúde. A desmotivação tomou conta dos profissionais, desrespeitados nos seus direitos e carreiras, mal remunerados, sujeitos a enormes cargas de trabalho, prejudicados nos períodos de descanso impostos pela própria lei, limitados na sua realização profissional, sujeitos à incerteza da precariedade e, quantas vezes, usados como bodes expiatórios e culpados das falhas e problemas provocados pelas decisões das administrações ou do próprio governo.

Os utentes depararam-se com taxas moderadoras que se transformaram em copagamentos, meios complementares de diagnóstico a atingirem valores absurdos, impossibilidade de dar continuidade a tratamentos por não poder pagar o transporte, tratamentos e cirurgias desmarcados por falta de material.

Sucederam-se os alertas dando nota das dificuldades do SNS. Sucederam-se as evidências de que não era possível fazer mais com menos. Sucederam-se as provas de que a austeridade estava a degradar a qualidade e o acesso do SNS. E sucederam-se as desvalorizações destes mesmos alertas pelo governo PSD/CDS. Até que, da pior forma, deixou de ser possível ignorar que a austeridade mata.

A cidade de Lisboa e todos os municípios circundantes foram grandemente afetados por este desinvestimento no SNS. Mas foram duplamente prejudicados: por um lado, o desinvestimento nacional, com as consequências que já se enumeraram. Por outro lado, o longo processo da Colina de Santana e de alienação de património que corresponde, em grande parte, ao Centro Hospitalar de Lisboa Central, prejudica a qualidade do acesso dos habitantes da cidade e municípios vizinhos.

Lisboa há muito que aguarda a construção de um novo hospital, normalmente designado como Hospital de Lisboa Oriental. A construção deste hospital não pode continuar a ser

algo de que apenas se fala, que se estuda, mas que nunca sai do papel. É fundamental que o Hospital de Lisboa Oriental veja a luz do dia e que a sua gestão seja pública.

O Bloco de Esquerda sempre defendeu que os hospitais do SNS devem ser geridos pelo setor público; consideramos que o que é público deve ser gerido pelo público, o que é privado deve ser gerido pelos particulares, o que é do setor social deve ser gerido pelo setor social. Acresce que a experiência já existente das parcerias público privadas no SNS tem demonstrado como esta experiência não é isenta de consequências. Por tudo isto, consideramos que a gestão do novo hospital de Lisboa deve ser pública.

De facto, Lisboa apresenta um grande défice de camas nos hospitais que existem, sendo necessário reverter este cenário e, para tal, a construção do novo Hospital Oriental de Lisboa é fundamental. Neste processo deve acautelar-se que as unidades que integram o Centro Hospitalar de Lisboa Central são mantidas no setor público de saúde e que o património não é alienado.

A cidade de Lisboa apresenta particularidades da sua população que justificam respostas públicas ajustadas. Essas respostas passarão por uma boa e melhor articulação entre as unidades hospitalares já existentes e entre estas e os cuidados de saúde primários, mas terão necessariamente de passar também por um reforço da capacidade pública.

A Assembleia Municipal de Lisboa já se mostrou claramente favorável à construção desta unidade hospitalar; numa votação decorrida no dia 12 de janeiro, a proposta de construção do novo hospital de Lisboa foi aprovada por larga maioria, tendo contado apenas com os votos contra do PSD.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que seja iniciado o processo de construção do Hospital de Lisboa Oriental.

Assembleia da República, 18 de janeiro de 2016.

As deputadas e os deputados do Bloco de Esquerda,

